

RECURSO ESPECIAL Nº 1.741.163 - SP (2018/0113484-5)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **UNIÃO**
RECORRIDO : **APPARECIDA COLOZIO**
RECORRIDO : **MARIA THEREZA MARTINS**
RECORRIDO : **VIRGÍLIO DE ÁVILA LIMA**
RECORRIDO : **LUIZA ALBERTINA MARTINO DA COSTA**
RECORRIDO : **CARLOS ALBERTO MARTINO DA COSTA**
RECORRIDO : **PAULO MARTINO DA COSTA**
RECORRIDO : **GUSTAVO MARTINO DA COSTA**
RECORRIDO : **RENATO MARTINO DA COSTA**
RECORRIDO : **CESAR MARTINO DA COSTA**
ADVOGADO : **ORLANDO FARACCO NETO - SP174922**
RECORRIDO : **SEBASTIAO DE SOUZA BARBOSA - INTERDITO**
REPR. POR : **VALENTINA GOMES BARBOSA - CURADOR**
ADVOGADOS : **ALMIR GOULART DA SILVEIRA E OUTRO(S) - SP112026B**
: **DONATO ANTÔNIO DE FARIAS - SP112030B**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL. APLICAÇÃO DO ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC. AUSÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS PARA AUTORIZAR A REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA.

1. A r. decisão impugnada foi proferida em consonância com o disposto no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.
2. A parte agravante não apresenta argumentos relevantes que autorizem ou justifiquem a reforma da r. decisão agravada.
3. Agravo legal desprovido" (fls. 726e).

Em seu Recurso Especial, o recorrente alega ofensa aos arts. 1º e 5º, do Decreto 20.910/32; 219, §5º do CPC/73 e 487 do CPC/2015, sustentando o seguinte:

"(...) o MM. Relator, reduziu a sentença aos limites do pedido, excluindo o julgamento em relação a Sebastião de Souza Barbosa, restando prejudicada sua apelação de fls. 622/634 e deu provimento à apelação dos exequentes Aparecida Colozio, Maria Thereza Martins, Virgilio de Avila Lima e sucessores de Waldemar Muller da Costa,

para afastar a prescrição da pretensão executiva, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos à Vara de origem, para o regular prosseguimento da execução.

(...)

Com efeito, o falecimento de um dos autores, suspende apenas o prazo para ele mesmo, não podendo ser estendido para os demais autores, tendo em vista que no litisconsórcio ativo facultativo, os prazos são autônomos.

(...)

Portanto, no caso concreto, em relação aos demais litisconsortes, OCORREU, SIM, PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA, aquela estabelecida nos termos do Enunciado de Súmula 150 do STF: "PRESCREVE A EXECUÇÃO NO MESMO PRAZO DE PRESCRIÇÃO DA AÇÃO".

O que importa é a CITAÇÃO VALIDA. É que a parte proporcione os meios aptos a realização da citação válida do devedor para a ação de execução dentro do prazo de cinco anos após o trânsito em julgado (no concernente as dívidas passivas da União, o prazo prescricional é de 05 (cinco) anos, consoante o artigo 1º, do Decreto 20.910, de 06 de janeiro de 1932).

A matéria da prescrição da execução deve ser examinada à luz do disposto nos artigos 1º e 5º, do Decreto 20.910/1932, verbis, (...).

Com efeito, o Decreto 20.910/1932 determina, em seu artigo 1º, que "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

(...)

In casu, verifica-se que a extinção do direito de executar ocorreu por culpa exclusiva dos exequentes que não tomaram as providências necessárias para tanto e, assim, deram causa à prescrição quinquenal do direito de obter o pagamento.

Cabe salientar que a possibilidade de a prescrição ser decretada de ofício pelo próprio Juízo está expressamente prevista no artigo 219, § 5º do Código de Processo Civil de 1973 e no artigo 487 do NCPC.

(...) § 5º O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição. (Redação dada pela Lei 11.280, de 2006)" (grifou-se)

Fica demonstrado, assim, não só a violação às normas infraconstitucionais supracitadas, quanto a dissidência jurisprudencial quanto aos dois temas - litisconsórcio e prescrição. A divergência alegada ora é comprovada mediante os julgados paradigmas que,

baseando em fatos similares à dos presentes autos, decidiram contrariamente ao v. Acórdão recorrido, para acolher a prescrição da pretensão dos exequentes.

À luz das razões acima expostas, requer a União que essa colenda Turma declare a prescrição do direito de promover a execução, mantendo-se a r. sentença de primeiro grau" (fls. 733/741e).

Admitido o Recurso Especial (fls. 746/747e).

A irresignação não merece acolhimento.

Quanto ao tema da prescrição, extrai-se do acórdão recorrido:

"Considerando que as razões ventiladas no presente recurso são incapazes de infirmar a decisão impugnada, vez que ausente qualquer ilegalidade ou abuso de poder, submeto o seu teor à apreciação deste colegiado:

(...)

Inicialmente, o termo inicial da contagem da prescrição executória é a data do trânsito em julgado da condenação, que, in casu, se deu em 10/02/2003 (fls. 255).

(...)

Pois bem. Da situação fálica narrada, em relação a Sebastião de Souza Barbosa, verifica-se que a sentença OM ileum o pedido de execução da sentença e acórdão transitados em julgado, com a apresentação do cálculo de liquidação, todavia, o autor retro mencionado não promoveu a respectiva execução, pois não apresentou nenhuma conta, apresentando-se a decisão. portanto, ultra petita.

Dessa forma, impõe-se adequar o decisum aos limites do pedido, afastando o julgamento em relação a Sebastião de Souza Barbosa, restando prejudicada a apelação desta parte.

Em relação aos demais exequentes, é certo que, com a morte de um dos litigantes suspende-se o processo nos moldes do artigo 265, L do CPC/1973 e, consequentemente o prazo prescricional em relação a todos os interessados até a habilitação dos sucessores.

(...)

Sendo assim, verifica-se que não ocorreu a hipótese de prescrição da pretensão executória, quanto aos exequentes, haja vista não ter transcorrido o lapso de 5 (cinco) anos entre o trânsito em julgado (10/02/2003) e a morte do exequente Waldemar, ocorrida em 09/05/2007.

Não obstante, com a morte do ora exequente, suspendeu-se o processo nos moldes do artigo 265, 1, do CPC/1973 e, conseqüentemente o prazo prescricional em relação a todos os interessados até a habilitação dos sucessores, deferida com a anuência da União em 10/11/2009, voltando a correr pelo prazo restante a partir da respectiva data, ressaltando, que a execução do julgado em relação aos exequentes Aparecida Colozio, Maria Thereza Martins, Virgílio de Ávila Lima e dos sucessores de Waldemar Muller da Costa já havia sido requerida em 29/05/2008, afastando, assim, a prescrição da pretensão executiva em relação aos exequentes retro mencionados.

Ainda que os apelantes não tenham alegado o correto motivo que deve afastar a prescrição da pretensão executória, por ser tal instituto matéria de ordem pública, de ofício esta deve ser afastada, anulando a r.

sentença.

Por fim, com a memória discriminada e atualizada do cálculo (fls.

529/540), em relação aos exequentes Aparecida Colozio, Maria Thereza Martins, Virgílio de Ávila Lima e sucessores de Waldemar Muller da Costa, deve retornar os autos à Vara de Origem, para o regular prosseguimento da execução quanto a estes, seguindo-se a citação da União (Fazenda Nacional) para opor embargos, nos termos da legislação própria.

Ante o exposto, de ofício, reduzo a sentença aos limites do pedido, excluindo o julgamento em relação a Sebastião de Souza Barbosa, restando prejudicada sua apelação de fls. 622/634 e dou provimento à apelação dos exequentes Aparecida Colozio, Maria Thereza Martins, Virgílio de Ávila Lima e sucessores de Waldemar Muller da Costa, para afastar a prescrição da pretensão executiva, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos à Vara de origem, para o regular prosseguimento da execução.

(...)

Posto isso, NEGO PROVIMENTO ao agravo" (fls. 720/725e)

Considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de

alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. **PRESCRIÇÃO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ.** ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO STF.

1. Em relação à alegada violação ao art. 3º do Decreto Lei 4.597/1942 e ao art. 1º do Decreto-Lei 20.910/1932, observa-se que o Tribunal de origem afastou a prescrição intercorrente, sob os seguintes fundamentos: "No caso dos autos, é incontroverso que a última parcela foi depositada quando os autos estavam arquivados e que o autor somente tomou conhecimento de tal fato, em 2008, ao ser intimado a se manifestar sobre o pedido de extinção da execução (fls. 521), ocasião em que já havia decorrido o prazo de cinco anos desde a data do referido depósito (29/12/1999). Como bem pontuado no acórdão embargado a prescrição decorre da inércia do interessado, o que não se caracteriza nestes autos e: 'a Fazenda não efetuou o pagamento do precatório complementar no valor de R\$-15.763,09, cuja requisição encontra-se acostada a fls. 513, vol. 2. O depósito parcial ou insuficiente não exonera o devedor de sua obrigação de pagar; cabe-lhe fazer tantos depósitos sucessivos quantos sejam necessários ao cumprimento da condenação. A inércia do devedor não transfere ao credor o dever de cobrar; ainda que houvesse demora do credor em pedir providências ao juiz não implicaria em prescrição, uma vez que nenhuma providência dele é exigida. Nesse sentido o caso Fazenda Estadual vs Francisco Lillo Lopes, AC nº 321.757.5/3-00, TJSP, 7ª Câmara de Direito Público, 2005, Rel. Milton Gordo, quando se afirmou que 'expedido o precatório, fica a Fazenda Pública obrigada a quitar por inteiro o débito, sem necessidade de providência a cargo do credor'." (fls. 614/615)."

2. O atendimento da pretensão recursal demanda revisão direta de provas, a fim de apurar se efetivamente houve inércia da credora, o que é vedado pela Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Não se conhece da violação apontada aos arts. 5º, II e XXIV, da CF/1988 e 33 do ADCT porque o Recurso Especial não se destina a argumentações de índole constitucional, cuja competência para analisá-las é do Supremo Tribunal Federal, conforme dicção normativa

do artigo 102, inciso III, da Constituição Federal.

4. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.701.804/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/09/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. ARTS. 884, 885 E 886 DO CC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO CREDOR. PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Não se conhece da alegada violação do art. 535, II, do Código de Processo Civil - CPC quando são apresentadas alegações genéricas sobre as suas negativas de vigência. Óbice da Súmula 284 do STF.

2. A matéria inserta nos arts. 884, 885 e 886 do CC não foi enfrentada pelo acórdão de origem, a despeito da oposição de embargos declaratórios, pelo que é de rigor a aplicação da Súmula 211 do STJ.

3. **'O Tribunal a quo destramou a questão da prescrição consignando que não houve inércia da parte na fase de liquidação, conforme se depreende das cópias dos documentos que instruem o agravo de instrumento. E mais: afastou o marco prescricional considerando os entraves no mecanismo judicial. A desconstituição da conclusão a que chegou a instância ordinária, tal como propugnado, ensejaria nova incursão no acervo fático-probatório da causa, medida vedada na via estreita do Recurso Especial, a teor da Súmula 7 desta Corte.'** AgRg no AREsp 109.544/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 06/03/2015.

4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 617.309/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 07/04/2015).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÕES DE PRESCRIÇÃO, DE INCORRETA APLICAÇÃO DE JUROS DE MORA ANTES DA CITAÇÃO, BEM COMO DE PAGAMENTO EM DUPLICIDADE. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL POR INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83, DO

STJ, E 283 DO STF.

1. O Tribunal Regional julgou a controvérsia em consonância com o entendimento desta Corte Superior, segundo a qual o prazo prescricional para o ajuizamento da ação executiva é o mesmo da prescrição da ação de conhecimento. Tal orientação, inclusive, encontra-se sedimentada na Súmula 150/STF. Decidiu-se, ainda, que os exequentes não se mantiveram inertes, mas buscaram diligenciar no sentido de promover a execução. **Assim, o acolhimento das alegações da autarquia recorrente, no sentido de que teria havido inércia dos exequentes, depende da revisão dos fatos delineados no acórdão recorrido, o que é vedado em sede de recurso especial pela Súmula 7/STJ.** Ademais, no tocante à questão em torno da prescrição, o recurso especial não abrange um dos fundamentos do acórdão recorrido, suficiente, por si só, para mantê-lo, falta que atrai a incidência analógica da Súmula 283/STF, consoante reconhecido por esta Segunda Turma em caso análogo (AgRg no AREsp 220.639/PE, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 12.3.2013).

2. O recurso especial é manifestamente inadmissível, por incidência da Súmula 7/STJ, no ponto em que o INSS alega ofensa aos arts. 22, I e II, § 3º, e 28, caput e § 1º, da Lei 8.880/94, 8º da Medida Provisória nº 2.225/2001, e 876, 884 e 885 do Código Civil, e defende a tese de que, no cálculo da Contadoria do Foro, teria havido erro que acarretaria pagamento em duplicidade e enriquecimento indevido dos servidores. De igual modo, é inadmissível o recurso especial, por incidência da Súmula 7/STJ, no ponto em que o INSS alega ofensa ao art. 405 do Código Civil, sob o argumento de que o cálculo apresentado pela Contadoria do Foro teria computado juros moratórios antes da data da citação inicial.

3. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.316.603/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/06/2013).

Assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional, além da ausência do necessário cotejo analítico, nas razões do Especial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, não conheço do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado

Superior Tribunal de Justiça

Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora